



EM 2020, NOSSO FOCO CONTINUA SENDO A LUTA!



Contra o desmonte dos serviços públicos, nossa resposta será organização, resistência e VAZA GRECA!

Mais um ano começa e o cenário encontrado pelos servidores públicos é, no mínimo, desafiador. Nossa única certeza é de que haverá luta em defesa dos nossos direitos em 2020. Queremos saúde de qualidade, para quem trabalha e pra quem é atendido nas unidades de saúde. Queremos educação de qualidade, para quem está diariamente no chão da escola e para as filhas e filhos dos trabalhadores da cidade. Queremos assistência social de qualidade, com condições de trabalho para aqueles que enfrentam condições insalubres e com o devido acolhimento daqueles que necessitam do serviço.

Mas a Prefeitura não parece querer o

mesmo. E precisaremos, novamente, lutar! Em quase quatro anos de mandato, o governo do desprefeito Rafael Greca deu passos largos rumo à destruição dos serviços públicos.

O estrago só não foi maior porque resistimos em todas as batalhas. A cada anúncio do governo de retirar direitos, sejam dos servidores municipais ou do conjunto da população, nos levantamos e fizemos a denúncia. E, mais do que isso, nos mobilizamos em nossos locais de trabalho, conversamos sobre como nossas reivindicações também se refletem nos serviços que serão utilizados pelos demais trabalhadores, que dependem de saúde, educação, assistência,

cultura e segurança públicos. Pedimos reforços para nossa luta. Esclarecemos que a luta em defesa dos serviços públicos é uma luta de todos e não só dos trabalhadores do município. Fomos firmes, não há dúvidas. A União fez e faz a Força.

Em 2020 teremos eleições municipais e precisaremos estar atentos. Não depositamos nenhuma esperança no resultado das urnas. O escolhido será nosso futuro patrão, terá o poder da caneta e estará a serviço dos donos das empresas. Teremos que enfrentá-lo nos locais de trabalho e, se necessário, nas ruas, em greve.

Por isso, nosso foco segue sendo a luta em defesa de nossos direitos. Firmes!

SERVIDORES PÚBLICOS EM LUTA

TERCEIRIZAÇÃO: a destruição de direitos dos trabalhadores

Desde sua eleição em 2016, Greca tem usado todos os seus recursos para acabar com a imagem dos serviços públicos. Com a desculpa de economia o desprefeito vende a terceirização como a solução para um problema que ele e outros governantes criaram. O que a administração tenta esconder a qualquer custo são os ataques que temos sofrido em todas as áreas, que vão desde a retirada de direitos dos trabalhadores, até o corte gravíssimo de investimentos.

É com essa manobra política que Greca destrói tudo aquilo que é público transformando a saúde, educação, cultura e a assistência social em um balcão de negócios. E o pior, esse projeto aparece de forma articulada desde o governo federal, ou seja, somos governados para favorecer os grandes empresários, enquanto a classe trabalhadora é cada vez mais explorada.

Grande parte do projeto de terceirização aconteceu por debaixo dos panos, com serviços como a limpeza e manutenção dos equipamentos. Agora, Greca não tem mais pudor e espalha para os quatro cantos que está privatizando a saúde, e o próximo passo pode ser a educação.



Com propaganda enganosa e manobras políticas, Greca tenta transformar o setor público em um balcão de negócios

UNIÃO
FAZ A
FORÇA

ATAQUES AOS SERVIDORES

Os ataques de Greca também atingem diretamente os servidores. Uma das suas primeiras medidas enquanto prefeito foi congelar os planos de carreiras do funcionalismo municipal. Não satisfeito, em 2019, ele e seus comparsas na Câmara Municipal aprovaram com violência e truculência um novo pacote que amplia o tempo de congelamento das carreiras. O objetivo fica muito claro: Greca quer acabar com a carreira de todo o funcionalismo!

O desgoverno também mostra suas garras com a extinção de mais de 31 carreiras, o que representa mais de 3 mil vagas legais em vias de extinção. Além disso, a ampliação de contratações mais precárias através do PSS também prejudica os servidores, já que estes profissionais não contribuem para o Instituto De Previdência Dos Servidores Do Município De Curitiba (IPMC) descapitalizando a previdência.

O objetivo de Greca com essas medidas é enfraquecer a luta dos trabalhadores. Por isso, é preciso barrar a ganância daqueles que servem somente ao capital e que querem, a todo custo, tomar conta dos serviços públicos.

A saúde é o laboratório de Greca

Em 2018 a terceirização da UPA CIC trouxe uma nova realidade para a saúde em Curitiba: falta de especialidades médicas, falta de equipamentos, alta rotatividade de profissionais e nenhuma estrutura para emergência. É esse modelo que Greca quer aplicar para toda a saúde, começando por locais de referência e grande necessidade da população como as UPAs Sítio Cercado, Boa Vista e Cajuru.

E não é só isso, com a aprovação do Processo Seletivo Simplificado (PSS) já foram contratados profissionais para assumir o lugar dos servidores e servidoras nessas unidades. O jogo sujo da administração deixa claro que não existe nenhuma preocupação com os usuários, já que a alta rotatividade desses profissionais devido à precariedade dos contratos, é um dos grandes problemas enfrentados com o PSS.

Política higienista e a destruição da FAS

Com as declarações de Greca no período eleitoral, não existiam dúvidas que a Fundação de Ação Social (FAS) seria uma das áreas mais atacadas da gestão. A política higienista do desprefeito tem colocado os usuários da FAS em risco com a falta de investimentos em nível municipal e o corte de verbas de mais de 50% em nível federal.

A fórmula do sucateamento só leva a assistência social para um caminho: a terceirização. E, para dar início ao seu plano, Greca tenta acabar com a carreira de educador social com o Projeto de Lei 005.00216.2019, abrindo espaço para contratações ainda mais precárias, de profissionais sem nenhum vínculo com os usuários. Além disso, a limpeza dos equipamentos também tem sido realizada por uma empresa terceirizada, e apenas uma funcionária é responsável pela limpeza de cada equipamento.

Educação

Os contratos precários já são uma realidade na área da educação. O desprefeito inaugurou CMEIs com contratação de professoras da educação infantil exclusivamente via PSS. No magistério, até o momento, Greca não chamou profissionais via PSS, mas essa realidade está cada vez mais próxima.

Para ficar bem na propaganda, a Secretária Municipal de Educação (SME) anunciou a contratação de 230 professores docência I antes do início do ano letivo. Só que durante o seu mandato, Greca acumulou um déficit de mais de mil profissionais do magistério. Isso sem contar a falta de reposição dos demais trabalhadores da educação. Ou seja, as contratações do início do ano são bem-vindas, mas estão longe de repor a verdadeira falta no quadro das escolas e CMEIs.

Sem a reposição dos profissionais, o desgoverno sucateia para criar o falso argumento de que só a privatização é capaz de recuperar a educação do município. Esse é o método de Greca e seu comparsas.

E a única resposta que o governo vai escutar é a nossa capacidade de organização e mobilização em defesa daquilo que conquistamos com muita luta.

UNIDOS
VENCEREMOS,
DIVIDIDOS
CAIREMOS

ATAQUES NACIONAIS

PARA ELIMINAR DIREITOS

Bolsonaro e Guedes propõem

PLANO MAIS BRASIL

Sérgio Lima | Poder360

Para manter os grandes empresários cada vez mais felizes, Guedes e Bolsonaro entregaram seu novo pacote de maldades, chamado de Plano Mais Brasil, ao Senado Federal. O pacote de medidas econômicas, composto por três Propostas de Emendas Constitucionais (PECs), desmonta o Estado colocando mais dinheiro nas mãos da iniciativa privada e atacando as condições de vida dos mais pobres.

Para o Senado, a retirada de direitos deve ser feita de forma emergencial até o fim de março. É com o objetivo de esconder da população o que realmente significam as medidas de Bolsonaro, que os senadores passam por cima de qualquer diálogo, deixando claro que seu compromisso não é com a população.



Entenda quais direitos trabalhistas e sociais estão em jogo com a medida:

PEC EMERGENCIAL

>>> A PEC Emergencial, como o nome já diz, foi a primeira a entrar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O relator Oriovisto Guimarães, que deu o parecer positivo, foi eleito pelo Paraná e é conhecido por ser um dos senadores mais ricos do Brasil, além de um grande aliado de Greca.

É através dessa PEC que o governo federal pretende atingir diretamente os servidores e servidoras acabando com qualquer possibilidade de reajuste salarial e progressão de carreira. Além disso, o projeto permite uma redução de jornada de trabalho e dos salários em até 25% daqueles que ganham acima de três salários mínimos. Para Bolsonaro e Guedes, o valor de 3 mil reais é considerado uma fortuna para os trabalhadores, em contraposição, o salário de ambos ultrapassa os 30 mil mensais.

Para sucatear ainda mais a estrutura pública, o projeto impede que estados e municípios realizem concursos públicos, essa medida abre espaço para que a terceirização seja cada vez mais comum, reduzindo o número de servidores estatutários e ampliando contratações cada vez mais precárias.

PEC DO PACTO FEDERATIVO

>>> De forma maligna, é com essa PEC que Guedes e Bolsonaro querem acabar com os direitos básicos da classe trabalhadora. Como se não bastasse o congelamento de 20 anos dos investimentos nos serviços públicos aprovado por Temer em 2016, o novo projeto do governo federal propõe a unificação dos gastos mínimos obrigatórios para saúde e educação.

Isso significa que ao invés de obrigatoriamente serem investidos 25% em educação e 15% em saúde, os estados e municípios poderão escolher em qual investir, colocando dois serviços essenciais um contra o outro e deixando uma das áreas desamparadas. A medida também facilita novos cortes que o governo federal quer aplicar, já que agora o fundo seria um só.

Além disso, em um país com mais 13 milhões de desempregados e mais de 40 milhões sem carteira assinada, Bolsonaro quer reduzir para 14% os recursos destinados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O FAT não só é responsável pelo pagamento do seguro desemprego, como também prevê programas de qualificação profissional.

PEC DOS FUNDOS PÚBLICOS

>>> A terceira e última das PECs tem como objetivo extinguir 281 fundos públicos, que equivalem a R\$ 220 bilhões para continuar realizando o pagamento da dívida pública. Entre os fundos que podem ser extinguidos está o Fundo Nacional da Cultura que alimentam por exemplo, a Fundação Nacional de Artes (Funarte), responsável pelo desenvolvimento das políticas públicas relacionadas à arte em todo o Brasil.

O que o governo federal esconde é que o pagamento da dívida nada mais é do que a transferência de dinheiro, que deveria ser investido em serviços para a população, para grandes bancos que detêm mais de 47% da dívida pública em suas mãos.

Por trás das três PECs só existe um único objetivo: retirar direitos dos trabalhadores e acabar com o serviço público para manter os grandes banqueiros e empresários felizes com o pagamento da dívida pública.